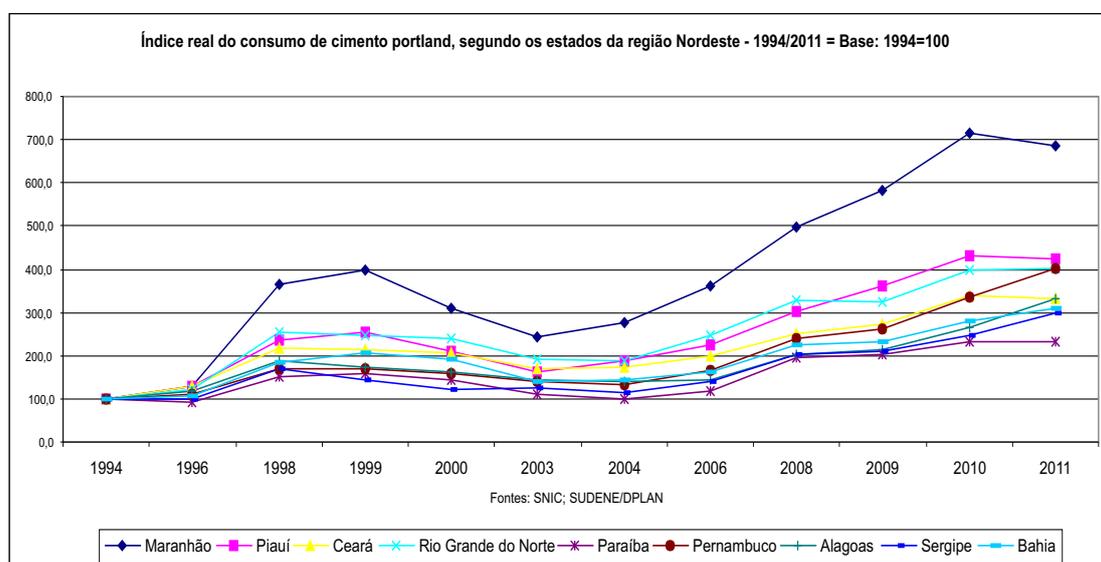


Produção e Consumo de Cimento em 2011

A estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real, a partir de 1994, refletiu-se positivamente no poder aquisitivo da população, principalmente na de mais baixa renda. Este fato impulsionou fortemente o setor da construção e do seu principal insumo, o

cimento – segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria da Construção (SNIC). O consumo aparente de cimento *portland*, no país, passou de cerca de 25 milhões de toneladas em 1994 para 60 milhões de toneladas em 2010. Nesse período, a participação da Região Nordeste no consumo nacional passou de 13,8% para 20,5%. Entretanto, em 2011 recuou para 18,8%.



A partir de 1999, as crises mundiais e o término da paridade cambial fizeram com que o Real se desvalorizasse rapidamente frente ao dólar, afetando diretamente o consumo de cimento. Os reajustes médios anuais do produto, que no período pós Real eram de 7,0%, atingiram cerca de 30,0% no decorrer deste ano.

Entre 1999 e 2003, o consumo nacional caiu do nível recorde de 40 milhões de toneladas para 34,8 milhões de toneladas.

Dados da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), do IBGE, revelam que entre 2002 e 2003 o setor público teve a sua participação reduzida de 48,5% para 40,1%, no total de obras realizadas no país. Como o setor público é o grande demandante de obras de infraestrutura, a participação do setor no total das construções caiu de 39,5% para 36,2%.

Após anos de sucessivas quedas, a partir de 2004 começou a delinear-se um processo de recuperação do consumo, embora somente em 2006 tenham sido alcançados níveis semelhantes aos de 1999, o melhor ano do pós Real (vide gráfico).

Entretanto, 2006 já se apresentava como marco de um novo período de crescimento econômico. O consumo nacional de cimento registrou um aumento de 8,9% em relação a 2005, e o nordestino, 17,8%. A economia mundial cresceu 4,9%, a nacional 3,7% e a regional 4,5%. O investimento teve forte estímulo refletido na formação bruta de capital fixo (FBKF) que se elevou 8,8%. O consumo das famílias, principal componente do PIB pela ótica da demanda, cresceu 4,3%, marcando o terceiro ano consecutivo de expansão.

Em 2007, o consumo nacional de cimento aumentou 9,8%. Entre 2004 e 2007 o consumo nacional de cimento portland acumulou um crescimento de 25% e o regional, 33%.

O consumo das famílias e a FBKF continuaram sua trajetória de elevação crescendo, respectivamente, 6,5% e 13,4%. A taxa de investimento (relação FBKF/PIB) no país passou de 16,5% para 17,6%.

Se não fosse a crise mundial, 2008 teria sido o ápice de um ciclo virtuoso de crescimento econômico, tanto para a economia nacional como para a regional. Ainda assim, a economia nacional cresceu 5,1% e a indústria da construção civil apresentou uma elevação de 8,0%, acumulando uma taxa de 29,0% em cinco anos consecutivos de crescimento e a FBKF, 13,8%. De acordo com o SNIC, o crédito imobiliário aplicou neste ano 30 bilhões de reais, 64% superior a 2007, permitindo financiar 300 mil unidades habitacionais. Desde 2003, a elevação, em termos de valor, foi superior a 1.200%, e em termos de unidades habitacionais, de 722%. Apesar da crise, os consumos nacional e regional de cimento foram recorde: 14,6% e 17,5%.

As consequências recessivas da crise de 2008 impactaram mais fortemente a economia do país no início de 2009, suficientes para provocarem uma queda de 0,3% no crescimento. A taxa de investimento, que vinha em ascensão, caiu de 19,1% em 2008 para 18,1 nesse ano.

A resposta do governo foi implementar uma série de medidas de política fiscal e monetária com o propósito de estimular a economia e garantir o retorno da confiança.

As primeiras, envolvendo uma série de desonerações tributárias, tinham por objetivo estimular as vendas e a produção e as segundas visaram o aumento da liquidez em moeda doméstica e estrangeira, a disponibilidade das reservas internacionais para o comércio exterior, a implantação de facilidades de crédito para o setor exportador e a redução dos depósitos compulsórios dos bancos.

As medidas de estímulo envolveram o movimento no sentido de diminuir a taxa básica de juros (SELIC) - cuja média baixou de 13,7%, em 2008, para 8,6%, em 2009 -, ampliação dos valores do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Política de Valorização do Salário Mínimo, ampliação do prazo do seguro-desemprego, Programa Minha Casa Minha Vida, atualização dos valores do Programa Bolsa Família, redução da meta de superávit primário de 3,3% para 2,5% do PIB, entre outras.

O conjunto de medidas permitiram a continuidade da demanda interna de forma a promover um crescimento de 4,1% no consumo das famílias.

De acordo com o SNIC, o consumo de cimento tem uma forte correlação com o aumento da renda real. Segundo o IPEA, o salário mínimo real cresceu 57,5%, entre 2004 e 2012.

O sindicato informa ainda que o Brasil é o maior produtor e consumidor da América Latina e o quarto maior consumidor de cimento do mundo, responsável por cerca de 1,7% do consumo mundial. Entretanto, em termos per capita (270 kg/habitante, em 2009), situa-se bem atrás de outros países como a China (1.218 kg/hab), Coreia do Sul (994 kg/hab), Irã (656 kg/hab), Espanha (630 kg/hab), Itália (599 kg/hab), Turquia (567 kg/hab), Japão (347 kg/hab), México (338 kg/hab), França (325 kg/hab) e Alemanha (310 kg/hab).

As medidas de caráter anticíclico, promovidas para permitirem a manutenção da dinâmica da economia, levaram o país a retomar o rumo do crescimento, de tal forma que em 2010 já atingiu a taxa de 7,5%.

2010 foi, também, um ano de destaque para o consumo de cimento no Nordeste (vide gráfico). A região consumiu 12.316.969 t de cimento *portland*, representando um crescimento de 21,9% em relação a 2009. No mesmo período, o Brasil consumiu 60.007.980 t do mineral, representando um crescimento de 15,6%.

Consumo e variação de cimento portland, segundo os Estados da Região Nordeste e Brasil - 2009/2010

Estados	Consumo (1.000 t)		Var. % 2009/2010
	2009	2010	
Maranhão	1.124	1.379	22,7
Piauí	537	640	19,2
Ceará	1.437	1.794	24,8
Rio Grande do Norte	694	850	22,5
Paraíba	735	834	13,5
Pernambuco	1.879	2.407	28,1
Alagoas	471	584	24,0
Sergipe	405	480	18,5
Bahia	2.826	3.349	18,5
Nordeste	10.108	12.317	21,9
Brasil	51.892	60.008	15,6

Fonte: SNIC; SUDENE/DPLAN

Infraestrutura - Cimento

Na maioria dos estados da região, o consumo de cimento cresceu acima da média nacional: Pernambuco, 28,1%; Ceará, 24,8%; Alagoas, 24,0%; Maranhão, 22,7%; Rio Grande do Norte, 22,5%; Piauí, 19,2%; e Sergipe e Bahia, 18,5%. Abaixo da média nacional ficou apenas a Paraíba, com 13,5%.

Produção e variação de cimento portland, segundo os Estados da Região Nordeste e Brasil - 2009/2010

Estados	Produção (1.000 t)		Var. % 2009/2010
	2009	2010	
Maranhão	358	384	7,3
Piauí	588	627	6,6
Ceará	1.767	1.863	5,4
Rio Grande do Norte	461	463	0,4
Paraíba	1.844	2.162	17,2
Pernambuco	821	848	3,3
Alagoas	409	674	64,8
Sergipe	2.691	3.031	12,6
Bahia	1.021	1.179	15,5
Nordeste	9.960	11.231	12,8
Brasil	51.747	59.117	14,2

Fonte: SNIC; MI/SUDENE/DPLAN/CGEP/CID

A produção de cimento não tem tido o mesmo desempenho do consumo. A tal ponto que, desde 2009, tanto a produção nacional como regional não conseguem suprir sua própria demanda.

O Brasil apresentou déficit de 145.000 t em 2009; 890.276 em 2010; e 3.765.040 em 2011 e o Nordeste, 148.000 t em 2009; 1.085.487 em 2010; e 1.240.458 em 2011.

Em 2010, a produção de cimento do Nordeste foi de 11.231.482 t, representando um crescimento de 12,8% e a do Brasil de 59.117.704 t, expressando um crescimento de 14,2%.

Os crescimentos estaduais ocorreram na seguinte ordem: Alagoas, 64,8%; Paraíba, 17,2%; Bahia, 15,5%; Sergipe, 12,6%; Maranhão, 7,3%; Piauí, 6,6%; Ceará, 5,4%; Pernambuco, 3,3%; e Rio Grande do Norte, 0,4%.

Com exceção do Ceará, Paraíba, Alagoas e Sergipe, nenhum estado nordestino conseguiu suprir sua própria demanda e em alguns estados, como o Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, o déficit foi acentuado. O primeiro, de 994.996 t; o segundo, de 386.950 t; o terceiro, de 1.558.940 t; e o quarto, de 2.170.334 t.

Consumo e variação de cimento portland, segundo os Estados da Região Nordeste e Brasil - 2010/2011

Estados	Consumo (1.000 t)		Var. % 2010/2011
	2010	2011	
Maranhão	1.379	1.325	-3,9
Piauí	640	625	-2,3
Ceará	1.794	1.760	-1,9
Rio Grande do Norte	850	860	1,1
Paraíba	834	842	1,0
Pernambuco	2.407	2.892	20,1
Alagoas	584	734	25,7
Sergipe	480	580	20,7
Bahia	3.349	3.682	10,0
Nordeste	12.317	13.299	8,0
Brasil	60.008	64.976	8,3

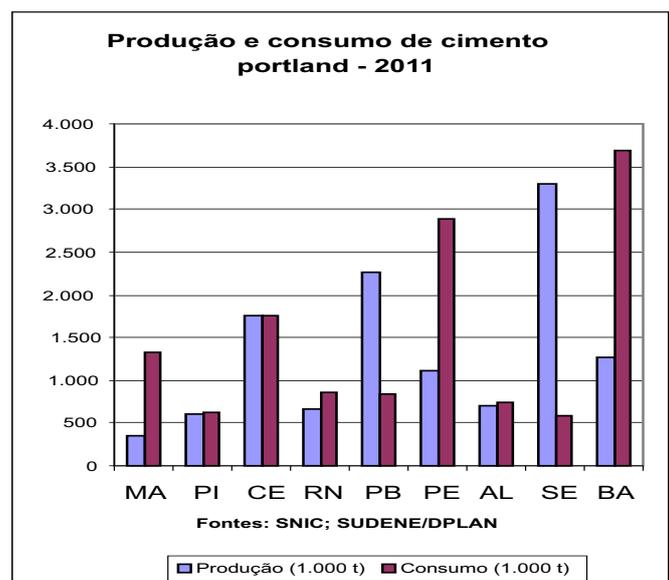
Fonte: SNIC; MI/SUDENE/DPLAN/CGEP/CID

Obs.: Em 2011, as informações dos estados do MA, CE, PE e BA incluem a quantidade de "Ajustes"

Em 2011, os consumos nacional e regional perderam ímpeto. O do Brasil foi de 8,3%, com o consumo de 64.976.312 t e o do Nordeste de 8,0%, com o consumo de 13.299.258 t.

O crescimento regional foi impulsionado pelos desempenhos de Alagoas, 25,7%; Sergipe, 20,7%; Pernambuco, 20,1% e Bahia, 10,0%. A seguir situaram-se Rio Grande do Norte, 1,1% e Paraíba, 1,0%. Maranhão, Piauí e Ceará apresentaram queda de 3,9%, 2,3% e 1,9%, respectivamente.

A diminuição no ritmo de consumo da região, em 2011, refletiu-se, também, na sua perda de participação nacional. Enquanto em 2010 o Nordeste respondia por mais de 1/5 do consumo nacional de cimento, em 2011 respondeu por 18,8%.



Em relação às demais regiões, as participações foram as seguintes: o Norte passou de 7,1%, em 2010, para 5,6%, em 2011; o Centro-Oeste passou de 9,6%, em 2010, para 11,0%, em 2011; o Sudeste passou de 46,3%, em 2010, para 50,3%, em 2011; e o Sul passou de 16,5%, em 2010, para 14,3%, em 2011.

Quanto à produção, o Nordeste fabricou 12.058.800 t de cimento em 2011, representando um crescimento de 7,4% e o Brasil, 61.211.272 t, um crescimento de 3,5%.

Os estados que contribuíram com a performance da região foram o Rio Grande do Norte, com 42,0%; Pernambuco, com 31,6%; Sergipe, com 8,5%; e Bahia, com 8,4%. A seguir situaram-se Alagoas, com 4,7%; Paraíba, com 4,3%; Maranhão, com 0,3%; Piauí, com -2,9%; e Ceará, com -5,2%.

Produção e variação de cimento portland, segundo os Estados da Região Nordeste e Brasil - 2010/2011

Estados	Produção (1.000 t)		Var. % 2010/2011
	2010	2011	
Maranhão	384	385	0,3
Piauí	627	608	-2,9
Ceará	1.863	1.765	-5,2
Rio Grande do Norte	463	658	42,0
Paraíba	2.163	2.255	4,3
Pernambuco	848	1.116	31,6
Alagoas	675	706	4,7
Sergipe	3.031	3.289	8,5
Bahia	1.179	1.277	8,4
Nordeste	11.231	12.059	7,4
Brasil	59.118	61.211	3,5

Fonte: SNIC; MI/SUDENE/DPLAN/CGEP/CID

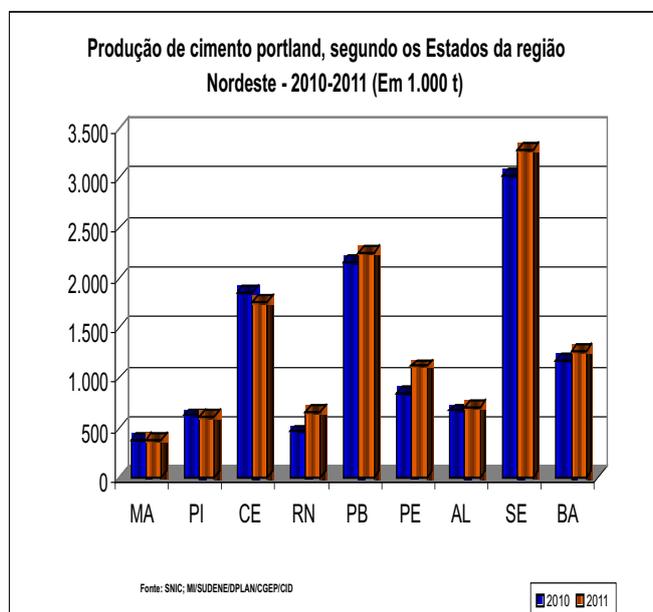
Obs.: Em 2011, as informações dos estados do CE, PB, PE, SE e BA incluem a quantidade de "Ajustes"

Em 2011, somente o Ceará, a Paraíba, e Sergipe mantiveram a capacidade de atender à sua própria demanda de cimento.

Além dos estados em situação de déficit identificados em 2010, passaram a integrar este grupo o Piauí e Alagoas. O primeiro em 16.582 t e o segundo em 27.487 t.

Os estados do Maranhão e do Rio Grande do Norte diminuíram seus déficits para 939.501 t e 204.806 t, respectivamente.

Os estados de Pernambuco e Bahia ampliaram seus déficits. O primeiro para 1.776.159 t e o segundo, para 2.405.056 t.



Boletim Conjuntural

Publicação da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas de Desenvolvimento

Coordenação de Gestão da Informação para o Desenvolvimento

Maio/2012

Equipe Técnica

Frederico Augusto de A. Cavalcanti (Coordenador)
José Luis Alonso da Silva (Responsável)
Audrey Raphaella M. dos Santos (Estagiária)

Revisão e Editoração
Shirley Dantas Câmara

Dilma Vana Roussef
Presidente da República

Fernando Bezerra de Souza Coelho
Ministro da Integração Nacional

Luiz Gonzaga Paes Landim
Superintendente da SUDENE

Guilherme Maia Rebouças
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas



Superintendência do
Desenvolvimento
do Nordeste

Ministério da
Integração Nacional

